



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Previdenciário
Atuarial e Contábil

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

O equilíbrio entre desafio e frustração é crucial no ensino. O problema é que estudantes têm talentos variados e diferentes. A mesma aula pode ser fácil demais e entediante certos alunos e, ao mesmo tempo, parecer intransponível a outros.

É óbvio que não somos todos iguais, mas costumamos admitir isso. Uma consequência da ideia de que somos todos iguais é que a diferença entre os alunos que terão sucesso na escola e os que não terão não pode ser questão de mais ou menos inteligência, predisposição ou preguiça.

A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade de resistir à frustração.

Ou seja, os que conseguem são os que não desistem, e não desistem porque não se deixam derrubar pela frustração. Os que não conseguem têm as mesmas habilidades, mas perdem coragem quando frustrados. Consequência: o que é preciso ensinar às crianças é resistência à frustração, que os estudos e a vida em geral necessariamente lhes prometem.

Não deixa de ser paradoxal: nossa cultura pensa que a chave do sucesso está na capacidade de se frustrar. Sempre tem alguém para se indignar porque seríamos hedonistas e imediatistas. Na verdade, somos uma das culturas menos hedonistas da história do Ocidente: somos apologistas da frustração, que, aliás, tornou-se mérito.

É raro encontrar pais que não estejam convencidos de que não é bom dar a uma criança o que ela quer. É claro que, se faz manhas para obter algo que está fora do orçamento familiar, é preciso dizer não. E talvez seja bom que ela aprenda, assim, que a realidade resiste ao desejo.

Mas nossa pedagogia frustradora não depende do orçamento: uma criança de classe média, nem obesa nem pré-diabética, pede um sorvete (valor insignificante). Em regra, a resposta será negativa: agora é tarde ou cedo demais, é muito doce, e por aí vai... Produzir uma frustração é considerado um ato pedagógico, que ajudará a criança a crescer.

Amadurecer, na nossa cultura, significa aprender a renunciar. Por isso, presume-se que o idoso seja mais sábio que o jovem, porque saberia "naturalmente" que a vida é renúncia.

Mas e se o essencial da vida forem os sorvetes que não tomamos, todos os pequenos (grandes) prazeres aos quais renunciamos em nome de uma propedêutica à suposta grande frustração da vida? Pior: e se estivermos educando as crianças para que queiram desde pequenas renunciar aos prazeres da vida?

Obviamente, não é preciso dar à criança tudo o que pede. Mas também não é preciso lhe negar o que ela pede sob pretexto de que estaríamos treinando-a para alguma preciosa sabedoria.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. Disponível em: folha.uol.com.br, 21/12/2017)

1. Depreende-se do texto que o autor
 - (A) questiona a ideia de que a capacidade de resistir à frustração seja fundamental para a vida, quando talvez os prazeres a que renunciamos tenham um papel mais importante.
 - (B) apoia a noção de que o êxito de determinado aluno advém de sua capacidade de resistir aos reveses trazidos pelo amadurecimento, capacidade esta que deve ser valorizada pelos pais.
 - (C) aponta para o fato de estarmos inseridos em uma cultura cujo principal objetivo é a busca incessante do prazer, o que torna difícil aprender a lidar com a frustração, especialmente na juventude.
 - (D) critica os pais que, desconsiderando o orçamento familiar, atendem a todos os desejos das crianças, impedindo-as de confrontar desejo e realidade e, assim, tornarem-se adultos bem-sucedidos.
 - (E) sugere que o ambiente propício ao aprendizado é aquele em que se respeitam as diferenças inerentes aos alunos, independentemente de uns se sentirem mais desafiados que outros.

2. ... o que é preciso ensinar às crianças é resistência à frustração, que os estudos e a vida em geral necessariamente lhes prometem. (4º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

 - (A) os estudos e a vida em geral – crianças
 - (B) crianças – os estudos e a vida em geral
 - (C) resistência à frustração – crianças
 - (D) resistência à frustração – os estudos e a vida em geral
 - (E) os estudos e a vida em geral – resistência à frustração

3. ... e se estivermos educando as crianças para que queiram desde pequenas renunciar aos prazeres da vida? (9º parágrafo)

Transformando-se o elemento sublinhado acima em sujeito da frase, a forma verbal resultante será:

 - (A) estivessem educando-se.
 - (B) estejam sendo educadas.
 - (C) educam-se.
 - (D) estar-se-iam educando.
 - (E) estiverem sendo educadas.



4. Expressa ideia de finalidade, no contexto, o que se encontra sublinhado em:
- (A) *E talvez seja bom que ela aprenda, assim, que a realidade resiste ao desejo.*
- (B) *É óbvio que não somos todos iguais, mas costumamos a admitir isso.*
- (C) *... e não desistem porque não se deixam derrubar pela frustração.*
- (D) *... se faz manhas para obter algo que está fora do orçamento...*
- (E) *A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade...*
-
5. A diferença entre os que conseguem e os que não, para muitos, reside apenas na capacidade de resistir à frustração. (3º parágrafo)
- Sem que se faça nenhuma outra alteração na frase acima, mantém-se a correção substituindo-se *frustração* por
- (A) expectativas frustradas.
- (B) falta de êxito.
- (C) um desapontamento.
- (D) fracassos.
- (E) uma desilusão.
-
6. Está correta a **redação** do seguinte comentário:
- (A) Visto que, em uma determinada escola, cada um dos estudantes apresentam diferentes talentos, a mesma aula pode ser percebida como fácil para alguns, enquanto a outros, parece intransponível.
- (B) Os pais de hoje creem que, não ceder aos desejos da criança faz parte de uma educação sólida, mesmo quando lhe pedem coisas insignificantes, que caberia no orçamento.
- (C) Como é difícil admitir que não somos todos iguais, oculta-se atualmente as diferenças entre alunos bem-sucedidos e aqueles que não apresentam a mesma predisposição e inteligência destes.
- (D) Embora a ideia de que seríamos hedonistas e imediatistas esteja disseminada e chegue a despertar a indignação de alguns, o fato é que se valoriza, na nossa cultura, a renúncia ao prazer.
- (E) Acredita-se que hajam aqueles que perdem a coragem diante de uma frustração, ainda que possuam as mesmas habilidades dos que não desistem; estes, assim, não recuam diante dos reveses.
-
7. Está escrita com correção a frase que se encontra em:
- (A) Quando convir, os pais podem satisfazer o desejo da criança, mas apenas quando pedem algo compatível com o orçamento familiar.
- (B) Conquanto possa ser exagerado, é grande o valor no qual se atribui à capacidade de resiliência atualmente.
- (C) A razão porque alguns esmorecem diante de frustrações costumam ser de cunho pessoal e independe do meio social.
- (D) Se saber lidar com a frustração é fundamental, por vezes apelam-se para desafios intransponíveis nas aulas.
- (E) A noção de que aprender a abdicar dos desejos contribui para o amadurecimento está disseminada nas sociedades ocidentais.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

8. Na sala de entrevistas para uma vaga, encontram-se uma administradora, uma psicóloga, uma assistente social e uma contadora. Os nomes das quatro entrevistadas, ainda que não necessariamente na ordem das profissões, são: Alzira, Bianca, Cláudia e Dinorah. A respeito dessas pessoas, sabe-se que:
- Alzira e a contadora já se conheciam antes da entrevista;
 - Cláudia não é psicóloga;
 - Bianca é parente da assistente social e é amiga de Dinorah;
 - a administradora já trabalhou com Dinorah e com a contadora.
- Levando-se em consideração que cada pessoa tem formação em uma única profissão das que foram mencionadas,
- (A) Bianca é assistente social.
- (B) Alzira é assistente social.
- (C) Dinorah é psicóloga.
- (D) Alzira é administradora.
- (E) Cláudia é administradora.
-



9. Os 12 funcionários de uma repartição pública estão distribuídos em três grupos da seguinte forma:

Grupo A – 3 funcionários;

Grupo B – 5 funcionários;

Grupo C – 4 funcionários.

O setor de atendimento ao público dessa repartição funciona de 2^a a 6^a feira, havendo ao menos um funcionário de plantão em cada dia. Cada um dos 12 funcionários faz plantão de atendimento ao público em apenas um dia da semana. As regras de distribuição dos funcionários nos plantões estão indicadas na tabela abaixo.

2 ^a feira	Ao menos 1 funcionário do grupo A e 3 funcionários do grupo C.
3 ^a feira	No máximo 2 funcionários do grupo B e 1 funcionário do grupo A.
4 ^a feira	De 3 a 4 funcionários do grupo B e não mais do que 2 funcionários do grupo C.
5 ^a feira	Ao menos 1 funcionário de cada um dos três grupos.
6 ^a feira	Apenas funcionário(s) dos grupos B ou C.

O número de funcionários de plantão no atendimento ao público dessa repartição de 2^a a 6^a feira será, respectivamente, igual a

- (A) 5, 1, 2, 2, 2.
(B) 4, 2, 3, 2, 1.
(C) 3, 2, 3, 3, 1.
(D) 4, 1, 3, 3, 1.
(E) 4, 1, 4, 2, 1.
-
10. Um posto de saúde dispõe de um lote de 1 980 doses de uma vacina da gripe. Esse posto vacina exatamente 60 pessoas por dia com uma dose dessa vacina, sendo que pelo menos 40 delas são do grupo de risco, constituído por crianças e idosos. Ao término desse lote, o posto registrou a vacinação de 60 pessoas que não eram do grupo de risco. Em tais condições, necessariamente, em algum dia de uso do lote, foram vacinadas, do grupo de risco,
- (A) exatamente 48 pessoas.
(B) pelo menos 59 pessoas.
(C) exatamente 60 pessoas.
(D) mais do que 60 pessoas.
(E) menos do que 58 pessoas.

Noções de Informática

11. O usuário de um computador com sistema operacional Windows 10, em português, criou, em adição ao original, mais um Ambiente de Trabalho (*Desktop*) virtual para organizar as janelas de aplicativos em uso. Estando no ambiente original (primeiro), uma forma de alternar (chavear) para o segundo ambiente é pressionar as teclas: Windows + Tab, simultaneamente, e escolher o segundo ambiente utilizando o *mouse*. Outra forma de realizar a mesma ação é pressionar simultaneamente as teclas:
- (A) Windows + Tab + Alt.
(B) Windows + Ctrl + Seta direita.
(C) Windows + Alt + Seta abaixo.
(D) Windows + Alt + Espaço.
(E) Windows + Ctrl + Tab.
-
12. Ao utilizar um navegador *web* típico para visitar os *sites* na internet, o usuário notou a existência do ícone com um cadeado fechado na barra de endereços do navegador. A presença desse ícone indica que
- (A) a comunicação entre o navegador e o *site* é criptografada.
(B) a página visitada é autêntica, ou seja, não é falsificada.
(C) é requerida uma senha para acessar os serviços do *site*.
(D) não há código malicioso inserido na página visitada.
(E) o *site* visitado está livre de vírus.

**Noções de Direito Constitucional**

13. Certo Estado da Federação pretende fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio de previdência social, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social. Ao mesmo tempo, intenciona instituir regime de previdência complementar aos seus servidores públicos titulares de cargos efetivos, mediante contribuição facultativa. Para que essa pretensão seja exercida regularmente,
- (A) deverá ser editada lei federal disciplinando a matéria, uma vez que a previdência social se insere no âmbito das competências legislativas privativas da União.
 - (B) deverá ser alterada a Constituição Federal, que veda a instituição de mais de um regime de previdência social em benefício dos servidores públicos.
 - (C) o regime de previdência complementar deverá ser instituído por lei estadual, de iniciativa do Governador, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.
 - (D) deverá ser alterada a Constituição Federal, que veda a fixação do limite pretendido para os benefícios pagos pelo regime próprio de previdência social.
 - (E) o regime de previdência complementar deverá ser instituído por lei estadual, de iniciativa do Governador, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, desde que a contribuição ao regime complementar substitua a contribuição ao regime próprio de previdência social.

14. Ao apreciar as contas anuais do Governador, o Tribunal de Contas de certo Estado constatou:

- I. a contratação de médicos para prestar atendimento à população por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estabelecida em lei.
- II. o preenchimento de cargos públicos em comissão, de livre provimento e exoneração, para execução de tarefas burocráticas e rotineiras que não caracterizam atribuições de chefia, direção ou assessoramento.
- III. a cumulação remunerada de cargo público de engenheiro estadual com cargo público de engenheiro municipal.

Todavia, considerando as normas da Constituição Federal, mostra-se compatível com a Constituição Federal o ato referido em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Noções de Direito Administrativo

15. Em uma escola pública municipal de ensino fundamental, uma professora e três alunos se feriram em razão de uma descarga elétrica ocorrida em um aparelho, decorrente de um curto-circuito. O acidente
- (A) enseja a responsabilidade do ente público municipal sob a modalidade subjetiva exclusivamente em relação aos alunos, não se estendendo à professora em razão do vínculo funcional.
 - (B) demanda a responsabilização do Município sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente ou atenuante de responsabilidade, salvo na hipótese de culpa da vítima.
 - (C) demandará apuração de responsabilidade para verificar se houve conduta reprovável por parte do agente público no local, qual seja, a professora, somente após o quê será analisada a responsabilidade do município.
 - (D) diante da responsabilidade objetiva do Estado e dos agentes públicos, deverá ser previamente apurada a conduta da professora e de outros agentes, para que possam responder sob a modalidade subjetiva em caráter primário.
 - (E) enseja responsabilidade objetiva do Município, em razão de se tratar de danos causados nas dependências de seu estabelecimento, não havendo que se demonstrar culpa dos agentes públicos.
16. Foi instaurado processo administrativo para apuração de ato de improbidade cometido no curso de um procedimento de licitação. Durante a tramitação do processo, foi identificado que a planilha de custos que ensejou a fixação do preço mínimo era inverídica, ou seja, suas informações não eram corretas e não guardavam pertinência com o mercado. Noticiado esse fato nos autos do processo administrativo onde foi aberta a licitação, a autoridade responsável
- (A) pode revogar a licitação, tomando prejudicado o processo de improbidade.
 - (B) deve revogar a licitação, por se tratar de vício insanável, restando arquivado o processo de improbidade, pois a caracterização de improbidade demanda prova do prejuízo.
 - (C) pode anular a licitação, desde que o certame ainda esteja em curso, findo o qual a contratação constitui direito subjetivo do vencedor, restando a possibilidade de indenização por ato de improbidade.
 - (D) deve anular a licitação, ensejando também a anulação do contrato dela decorrente, se já assinado, sem prejuízo do trâmite do processo cujo objeto seja a apuração e responsabilização por ato de improbidade.
 - (E) deve anular o processo administrativo de improbidade, a licitação ocorrida, bem como instaurar novas apurações, de acordo com as condutas residuais que não tenham sido exauridas com o fim da licitação.

**Legislação Previdenciária**

17. Considere as seguintes situações hipotéticas, de acordo com a Lei Complementar nº 073/2004:

- I. Florence está grávida de gêmeos e é servidora pública do Estado do Maranhão.
- II. Heitor também é servidor público deste Estado, convivendo em união estável com Sabrina, que dará à luz uma menina em junho do corrente ano.

O direito ao auxílio-natalidade é possuído

- (A) tanto por Florence quanto por Heitor, desde que implementado o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, sendo certo que Florence receberá dois auxílios-natalidade.
- (B) tanto por Florence quanto por Heitor, desde que implementado o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais, sendo certo que Florence receberá um único auxílio-natalidade, tendo em vista um único parto.
- (C) tanto por Florence quanto por Heitor, não havendo necessidade, no caso, de implementar o período de carência ao Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais.
- (D) por Florence, em sua integralidade; já Heitor receberá somente 50%.
- (E) somente por Florence, uma vez que a lei não autoriza o servidor a receber tal benefício em razão da gravidez de companheira.

18. Julio é servidor público civil do Estado do Maranhão e sua remuneração é composta, além de seus vencimentos, de uma gratificação pelo exercício de cargo em comissão, adicional de insalubridade e adicional noturno. Assim, constituem salário-contribuição, de acordo com a Lei Complementar nº 073/2004:

- (A) apenas os vencimentos e os adicionais de insalubridade e noturno.
- (B) todas as verbas que compõem a remuneração.
- (C) apenas os vencimentos e a gratificação pelo exercício de cargo em comissão.
- (D) apenas os vencimentos e o adicional de insalubridade.
- (E) apenas os vencimentos recebidos.

19. Tendo em vista que os princípios são a base do sistema jurídico e revelam a finalidade a ser perseguida pelos aplicadores da lei, considere:

- I. São aplicáveis ao sistema da seguridade social os princípios da igualdade, da legalidade e da solidariedade social, todos eles subordinados ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- II. A universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio, entre outros, são considerados princípios constitucionais próprios da seguridade social.
- III. Caráter democrático e descentralização da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados, também é considerado um princípio constitucional da seguridade social.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

20. Mateus é brasileiro e trabalha no exterior em empresa regida por leis brasileiras; Tatiana é associada de cooperativa que explora a atividade de oficina de costura; já Silvério presta serviços como amarrador de embarcação no porto. São considerados segurados obrigatórios da Previdência Social:

- (A) todos, Mateus e Tatiana na condição de contribuintes individuais e Silvério como trabalhador avulso.
- (B) todos, na condição de empregado, contribuinte individual e trabalhador avulso, respectivamente.
- (C) apenas Mateus e Silvério, como empregado e trabalhador eventual, respectivamente.
- (D) apenas Tatiana e Silvério, como contribuinte individual e trabalhador avulso, respectivamente.
- (E) apenas Silvério, como autônomo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Orçamento Público**

21. Consoante a Lei nº 4.320/1964, a aquisição de imóveis pode ser classificada, conforme o caso, como
- (A) investimento ou inversão financeira.
 - (B) transferência corrente ou transferência de capital.
 - (C) investimento ou despesa de custeio.
 - (D) inversão financeira ou despesa de custeio.
 - (E) investimento ou transferência corrente.
-
22. No que se refere à dívida ativa, a Lei nº 4.320/1964 estabelece que se trata de um
- (A) crédito da Fazenda Pública, classificado em processado e não processado.
 - (B) débito da Fazenda Pública, sobre o qual incide juros e correção monetária.
 - (C) crédito da Fazenda Pública, inscrito após apurada sua liquidez e certeza.
 - (D) débito da Fazenda Pública, que pode ser tributário ou não tributário.
 - (E) crédito da Fazenda Pública, que pode ser inscrito em moeda estrangeira.
-
23. Considere os seguintes itens:
- I. saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada.
 - II. a tendência do exercício.
 - III. a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.
 - IV. os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- Consoante dispõe a Lei nº 4.320/1964, deve ser considerado para o cálculo do excesso de arrecadação, que pode ser classificado como fonte de recurso para os créditos adicionais suplementares e especiais, o contido em
- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I e II, apenas.
-
24. A Lei nº 10.180/2001 prevê que, além da Secretaria do Tesouro Nacional, integram o Sistema de Administração Financeira Federal os órgãos setoriais, a exemplo da unidade de programação financeira
- (A) da Petrobrás.
 - (B) do Banco do Brasil.
 - (C) do Congresso Nacional.
 - (D) da Advocacia Geral da União.
 - (E) do Poder Judiciário.
-
25. A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao trazer o regramento para a execução orçamentária e o cumprimento das metas, estabelece que
- (A) os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, salvo se em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
 - (B) se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei orçamentária anual.
 - (C) não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - (D) o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada bimestre, em audiência pública.
 - (E) Poder Executivo é autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, salvo no caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público.
-
26. A previsão da receita orçamentária é feita pelo Poder Executivo, cabendo a reestimativa pelo Poder Legislativo somente no caso de relação com
- (A) as despesas a ele atribuídas.
 - (B) erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
 - (C) invocação do princípio da autonomia dos Poderes.
 - (D) as despesas com precatórios.
 - (E) as despesas constitucionais obrigatórias.

**Contabilidade Geral**

27. Em determinada data, o Patrimônio Líquido contabilizado da empresa Só Picolés S.A. era R\$ 60.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 75.000.000,00. Nesta data, a empresa Sorvete Total S.A. adquiriu 60% das ações da empresa Só Picolés S.A. pagando o valor de R\$ 55.000.000,00.

A empresa Sorvete Total S.A. passou a deter o controle da empresa Só Picolés S.A. e a participação dos não controladores é mensurada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da empresa Só Picolés S.A. Os valores reconhecidos no grupo Investimentos do balanço individual, e no grupo Intangíveis do balanço consolidado da empresa Sorvete Total S.A., foram, em reais, respectivamente:

- (A) 36.000.000,00 e 19.000.000,00.
(B) 55.000.000,00 e 19.000.000,00.
(C) 55.000.000,00 e 10.000.000,00.
(D) 45.000.000,00 e 19.000.000,00.
(E) 45.000.000,00 e 10.000.000,00.
-
28. Um equipamento foi adquirido por uma empresa em 30/06/2013. A empresa pagou R\$ 4.000.000,00 à vista, definiu sua vida útil em 8 anos, estimou o valor residual esperado para venda do equipamento no final do prazo de vida útil em R\$ 640.000,00 e utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação. Se, em 31/12/2015, a empresa vendeu o equipamento por R\$ 2.980.000,00, à vista, o resultado apurado na venda que foi evidenciado na Demonstração de Resultados de 2015 foi:
- (A) prejuízo na venda no valor de R\$ 1.020.000,00.
(B) lucro na venda no valor de R\$ 230.000,00.
(C) lucro na venda no valor de R\$ 2.980.000,00.
(D) lucro na venda no valor de R\$ 30.000,00.
(E) lucro na venda no valor de R\$ 670.000,00.
-
29. A Cia. Endividada obteve, em 30/11/2013, um empréstimo no valor de R\$ 200.000,00 para ser liquidado com o pagamento de 2 parcelas trimestrais cujo valor era R\$ 106.902,75. A taxa de juros contratada foi 1,5% ao mês no regime de capitalização composta e a empresa pagou, adicionalmente, no dia da obtenção do empréstimo, despesas de contrato no valor de R\$ 4.000,00. A taxa de custo efetivo calculada para a operação é 1,96% ao mês e o empréstimo era mensurado pelo custo amortizado.
- Com base nestas informações, e assumindo que os meses tenham 30 dias, a empresa evidenciou, na Demonstração do Resultado de 2013, despesas com encargos financeiros no valor, em reais, de
- (A) 7.000,00.
(B) 3.841,60.
(C) 7.920,00.
(D) 6.940,00.
(E) 6.300,92.

30. A tabela abaixo apresenta as aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2017. Na tabela são encontradas as características de cada aplicação, bem como a forma de mensuração definida pela empresa para cada uma delas:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2017 (R\$)
200.000,00	31/10/2022	Mensuração ao custo amortizado	1% a.m.	210.000,00
200.000,00	30/09/2020	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	202.000,00
200.000,00	30/06/2019	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5% a.m.	206.000,00

O valor total destas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2017, foi, em reais,

- (A) 609.000,00.
(B) 617.000,00.
(C) 618.000,00.
(D) 602.000,00.
(E) 610.000,00.



31. A empresa Ilusória S.A. apresentou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, o saldo de R\$ 43.000.000,00 para a conta Intangíveis, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	50.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(7.000.000,00)
(=) Saldo da conta	<u>43.000.000,00</u>

As informações sobre os ativos intangíveis são apresentadas na tabela abaixo:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Concessão	35.000.000,00	7.000.000,00	20 anos
Marca adquirida	15.000.000,00	-	Indefinida
Total	50.000.000,00	7.000.000,00	-

Em 31/12/2017, após o cálculo da amortização, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") para os dois itens componentes e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo líquido das despesas de venda (R\$)	Valor em uso (R\$)
Concessão	Não existe	26.500.000,00
Marca adquirida	13.000.000,00	14.000.000,00

O saldo a ser apresentado para a conta Intangíveis no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Ilusória S.A. deveria ser, em reais,

- (A) 40.500.000,00.
- (B) 40.250.000,00.
- (C) 39.500.000,00.
- (D) 39.250.000,00.
- (E) 41.250.000,00.

32. As informações abaixo foram obtidas do Balanço Patrimonial de uma empresa, publicado em 31/12/2016:

- Ativo Não Circulante = R\$ 1.050.000,00.
- Passivo Não Circulante = R\$ 600.000,00.
- Índice de liquidez corrente = 1,5.
- Concentração da dívida no curto prazo = 40%.

O Patrimônio Líquido da empresa, em 31/12/2015, era R\$ 580.000,00, não houve aumento de Capital nem distribuição de dividendos durante o ano de 2016, e ainda não foi realizada a distribuição do resultado obtido em 2016. O Resultado Líquido obtido pela empresa em 2016 foi, em reais,

- (A) 70.000,00 (Lucro).
- (B) 66.500,00 (Lucro).
- (C) 650.000,00 (Lucro).
- (D) 320.000,00 (Lucro).
- (E) 320.000,00 (Prejuízo).

**Contabilidade Pública**

Atenção: Para responder às questões de números 33 a 35, considere as informações abaixo, extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e referentes às transações ocorridas no mês de fevereiro de 2018:

- Arrecadação de receitas de taxas no valor de R\$ 280.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de janeiro de 2018.
- Recebimento de transferências correntes intergovernamentais no valor de R\$ 5.000.000,00 referentes ao mês de fevereiro de 2018.
- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa jurídica, contratados para a limpeza do edifício-sede da entidade, no valor de R\$ 80.000,00. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada e paga, pelo valor total do empenho, em março de 2018.
- Empenho de despesa com a aquisição de um veículo no valor de R\$ 50.000,00, sendo que o veículo foi entregue pelo fornecedor e colocado em uso no dia 28/02/2018, data em que houve a liquidação da despesa. A despesa empenhada foi paga, pelo seu valor total, em março de 2018.
- Reconhecimento de ajustes de perdas de estoques no valor de R\$ 10.000,00.
- Reconhecimento da depreciação mensal dos imóveis no valor de R\$ 100.000,00.

33. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em fevereiro de 2018, o resultado patrimonial da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2018 foi impactado positivamente pelo valor, em reais, de

- (A) 4.760.000,00.
- (B) 5.170.000,00.
- (C) 5.040.000,00.
- (D) 5.150.000,00.
- (E) 4.890.000,00.

34. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em fevereiro de 2018, o passivo circulante da entidade pública teve um aumento, em reais, de

- (A) 240.000,00.
- (B) 80.000,00.
- (C) 110.000,00.
- (D) 130.000,00.
- (E) 50.000,00.

35. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, em fevereiro de 2018, o resultado de execução orçamentária da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2018 foi impactado positivamente pelo valor, em reais, de

- (A) 150.000,00.
- (B) 40.000,00.
- (C) 4.890.000,00.
- (D) 5.040.000,00.
- (E) 5.150.000,00.

36. Uma entidade pública reconheceu, em março de 2018, um passivo que deverá ser liquidado no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Para o registro do passivo, o setor contábil utilizou como base de mensuração o custo de cumprimento da obrigação. Assim, de acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, o custo de cumprimento da obrigação utilizado pela entidade pública corresponde a uma base de mensuração dos passivos que

- (A) fornece valores de saída, apenas.
- (B) fornece valores de entrada e saída.
- (C) é observável no mercado.
- (D) é específica para a entidade, o que depende da técnica de atribuição de valor.
- (E) é geral para todas as entidades, independente da técnica de atribuição de valor.



37. Em 05/02/2018, uma entidade pública arrecadou receita de aluguel no valor de R\$ 30.000,00, cujo fato gerador ocorreu no mês de janeiro de 2018. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, para o registro do valor arrecadado em 05/02/2018 foram utilizadas, entre outras, contas pertencentes às classes
- (A) 4 e 5, sendo estas pertencentes à natureza da informação orçamentária.
 (B) 5 e 6, sendo estas pertencentes à natureza da informação de controle.
 (C) 5 e 6, sendo estas pertencentes à natureza da informação patrimonial.
 (D) 7 e 8, sendo estas pertencentes à natureza da informação de controle.
 (E) 7 e 8, sendo estas pertencentes à natureza da informação orçamentária.
-
38. Em janeiro de 2018, em decorrência de um contrato celebrado, uma entidade pública recebeu caução no valor de R\$ 27.500,00. Assim, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor recebido em janeiro de 2018 deve ser evidenciado no Balanço Financeiro, referente ao exercício financeiro de 2018, como
- (A) Recebimentos Extraorçamentários.
 (B) Receita Orçamentária Vinculada.
 (C) Pagamentos Extraorçamentários.
 (D) Receita Orçamentária Ordinária.
 (E) Transferências Financeiras Recebidas.

Matemática Financeira

39. Uma empresa obteve um empréstimo à taxa de juros compostos de 2% ao mês e ainda restam duas parcelas trimestrais de mesmo valor para sua liquidação. O valor de cada parcela é R\$ 30.000,00 e a primeira das duas parcelas vencerá em 90 dias. A empresa pretende alterar a forma de pagamento, mantendo a mesma taxa de juros, e propõe à instituição financeira a liquidação da seguinte forma:
- Uma parcela de R\$ 25.000,00, na data de hoje.
 - Uma parcela complementar, daqui a 60 dias.

A equação que permite calcular corretamente o valor da parcela complementar identificada pela incógnita x , é

(A) $25.000 (1,02)^2 + x = \frac{30.000}{1,02} + \frac{30.000}{(1,02)^4}$

(B) $25.000 + x = \frac{30.000}{(1,02)^3} + \frac{30.000}{(1,02)^6}$

(C) $x = \frac{30.000}{(1,02)^3} + \frac{30.000}{(1,02)^6} - 25.000$

(D) $25.000 + \frac{x}{1,02} = \frac{30.000}{(1,02)^3} + \frac{30.000}{(1,02)^6}$

(E) $x(1,02)^2 = \frac{30.000}{1,02} + \frac{30.000}{(1,02)^4} - 25.000$

40. Para comprar um caminhão, o Sr. Luiz realizou uma pesquisa em 3 concessionárias e obteve as seguintes propostas de financiamento:
- Concessionária Alfa: Entrada de R\$ 48.000,00 + 1 prestação de R\$ 106.090,00 após 30 dias da entrada.
 - Concessionária Beta: Entrada de R\$ 49.000,00 + 1 prestação de R\$ 106.090,00 após 60 dias da entrada.
 - Concessionária Gama: Entrada de R\$ 49.000,00 + 2 prestações de R\$ 53.045,00 para 30 e 60 dias após a entrada, respectivamente.
- Sabendo que a taxa de juros compostos era de 3% ao mês, a melhor proposta para a aquisição do caminhão foi a da concessionária
- (A) Alfa, apenas.
 (B) Beta, apenas.
 (C) Gama, apenas.
 (D) Beta e Gama, apenas.
 (E) Alfa, Beta e Gama.



41. Abaixo são apresentados os valores presentes líquidos – VPL de quatro projetos de investimento, admitindo-se diferentes taxas de desconto (taxa mínima de atratividade – TMA):

Taxa de desconto (TMA)	Projeto 1	Projeto 2	Projeto 3	Projeto 4
0%	100,00	100,00	100,00	100,00
5%	70,27	65,84	63,78	61,62
10%	45,27	37,38	33,97	30,21
15%	24,03	13,43	9,14	(4,21)
20%	5,83	(6,91)	(11,73)	(17,52)

Com base nas informações acima,

- (A) todos os projetos são viáveis à TMA igual a 20%.
(B) a taxa interna de retorno do Projeto 4 é maior do que a do Projeto 1.
(C) a taxa interna de retorno do Projeto 2 é maior do que a do Projeto 4.
(D) o Projeto 3 é mais rentável que o Projeto 1, para qualquer TMA.
(E) a taxa interna de retorno dos Projetos 2, 3 e 4 são iguais.

42. Uma determinada pessoa deseja comprar uma televisão e a loja ofereceu as seguintes condições:

- a. Preço à vista = R\$ 3.200,00.
b. Condições a prazo = entrada de R\$ 1.000,00 e R\$ 2.497,00 em 90 dias.

A taxa de juros simples mensal cobrada na venda a prazo é, em % ao mês,

- (A) 1,135.
(B) 3,78.
(C) 3,09.
(D) 4,50.
(E) 13,50.

43. A Cia. Devedora adquiriu um imóvel para ser pago em 4 prestações iguais de R\$ 30.000,00, vencíveis em 30, 60, 120 e 180 dias, respectivamente. A taxa de juros composta cobrada foi de 3% ao mês. Se a Cia. Devedora desejasse comprar o imóvel à vista, a equação que permite identificar o valor que a Cia. desembolsaria, identificado pela variável x, é

- (A) $x = \frac{30.000}{1,03} + \frac{30.000}{(1,03)^2} + \frac{30.000}{(1,03)^3} + \frac{30.000}{(1,03)^4}$
(B) $x = \frac{120.000}{(1,03)^6}$
(C) $x = \frac{30.000}{1,03} + \frac{30.000}{(1,03)^2} + \frac{30.000}{(1,03)^4} + \frac{30.000}{(1,03)^6}$
(D) $x = 30.000 + \frac{30.000}{1,03} + \frac{30.000}{(1,03)^3} + \frac{30.000}{(1,03)^4}$
(E) $x = \frac{30.000}{1,03} + \frac{30.000}{1,06} + \frac{30.000}{1,12} + \frac{30.000}{1,18}$

44. A Cia. Pedras Belas obteve um empréstimo de R\$ 1.000.000,00, no dia 01/10/2017, e pagou à instituição financeira, na mesma data, R\$ 12.000,00 de taxa de abertura de crédito e R\$ 829,77 referentes a outras taxas. O empréstimo venceu integralmente (principal e juros) em 31/12/2017. Sabendo que a taxa de juros composta cobrada pelo banco foi de 2% ao mês e considerando os meses com 30 dias, o custo efetivo no período da operação foi, em %,

- (A) 6,12.
(B) 7,50.
(C) 7,40.
(D) 7,38.
(E) 4,78.

**Matemática Atuarial**

45. Sobre os Regimes Financeiros dos planos de benefícios que podem ser adotados pelos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, tendo em vista o equilíbrio financeiro e atuarial, considere:
- I. Regime de Capitalização no qual as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, acrescidas ao patrimônio existente, às receitas por ele geradas e a outras espécies de aportes, sejam suficientes para a formação dos recursos garantidores à cobertura dos compromissos futuros do plano de benefícios e da taxa de administração.
 - II. Regime de Repartição de Capitais de Cobertura, em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para a constituição das reservas matemáticas dos benefícios iniciados por eventos que ocorram nesse mesmo exercício, admitindo-se a constituição de fundo previdencial para oscilação de risco.
 - III. Regime de Repartição Simples, em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para o pagamento dos benefícios nesse exercício, sem o propósito de acumulação de recursos, admitindo-se a constituição de fundo previdencial para oscilação de risco.

Está correto o que consta em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

46. Sobre a Avaliação Atuarial e o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, considere:
- I. A avaliação atuarial é um estudo técnico desenvolvido pelo atuário, baseado apenas nas características econômicas da população, com o objetivo de estabelecer, de forma suficiente, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.
 - II. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.
 - III. O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
 - IV. A Avaliação Atuarial indicará o plano de custeio necessário, a partir de sua realização, para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

47. Fazem parte da Nota Técnica Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS os seguintes elementos mínimos e obrigatórios:
- I. Hipóteses Biométricas, Demográficas, Financeiras e Econômicas.
 - II. Modalidade dos benefícios assegurados pelo RPPS.
 - III. Regimes Financeiros e Métodos de financiamento por benefício assegurado pelo RPPS.
 - IV. Utilização de taxa de juros real de 7% a.a.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II.
- (E) III e IV.



48. Considere os dados abaixo.

- Ativos garantidores dos compromissos do Plano de benefícios:	R\$ 10.151.711,93
- Valor Atual dos Salários Futuros:	R\$ 10.094.350,36
- Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder):	R\$ 7.062.067,49
- Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos):	R\$ 13.471.857,49
- Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos):	R\$ 473.687,83
- Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder):	R\$ 758.809,51
- Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder):	R\$ 736.786,01
- Valor Atual da Compensação Financeira a Receber:	R\$ 392.055,41

O resultado atuarial (déficit/superávit) do Regime Próprio de Previdência Social (Benefícios em Regime de Capitalização) é igual a

- (A) Déficit atuarial de R\$ 18.172.586,23.
- (B) Déficit atuarial de R\$ 18.956.697,04.
- (C) Déficit atuarial de R\$ 8.020.874,29.
- (D) Superávit atuarial de R\$ 10.151.711,93.
- (E) Superávit atuarial de R\$ 57.361,57.

49. Considere uma mulher aposentada de 65 anos de idade, e que recebe mensalmente R\$ 2.000,00 de benefício, pagos postecipadamente.

Dados de comutação:

$$D_{65} = 387,7234; N_{65} = 5.170,7089; N_{66} = 4.782,9855$$

Utilizando-se a tábua atuarial AT-2000 feminina, taxa de juros de 5% a.a. e sabendo-se que ela recebe 12 pagamentos por ano, a reserva matemática de benefício concedido, em R\$, será igual a

- (A) 285.065,83.
- (B) 398.328,54.
- (C) 320.065,83.
- (D) 307.065,83.
- (E) 296.065,83.

50. Considere um homem de 35 anos de idade que deseja contratar um plano de previdência para receber uma renda anual no valor de R\$ 12.000,00, vitalícia, antecipada, que será paga quando este se aposentar aos 60 anos de idade.

Dados de comutação:

$$D_{35} = 1.774,6334; D_{60} = 487,2322; N_{35} = 32.534,2508; N_{36} = 30.759,6175; N_{60} = 6.674,8699; N_{61} = 6.187,6377.$$

Utilizando-se a tábua atuarial AT-2000M e taxa de juros de 5% a.a., o valor da contribuição única pura a ser paga pelo participante no momento da contratação do plano, será, em R\$, igual a

- (A) 225.424,85.
- (B) 45.135,20.
- (C) 219.999,30.
- (D) 41.840,56.
- (E) 254.736,22.